

PROPOSTA DE PLANO DE AÇÃO REGIONAL DO FORO DE MINISTROS DE MEIO AMBIENTE DA AMÉRICA LATINA E CARIBE (2004-2005)

I. Contexto regional e internacional

- 1.** A Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (CMDS) celebrada em Johannesburgo, África do Sul em 2002, consistiu numa oportunidade única para avaliar o progresso alcançado, em todos os níveis, quanto ao cumprimento dos compromissos assumidos na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento do Rio de Janeiro (CNMAD), Brasil, 1992; e ainda, para prosseguir adotando ações efetivas na busca de soluções para os novos desafios do desenvolvimento sustentável.
- 2.** A CMDS constituiu uma ocasião histórica para assumir que não só é possível mas também necessário dar respostas à raiz econômica e social da problemática ambiental, e manifestou o imprescindível que é garantir um desenvolvimento sustentável, equitativo e com inclusão social, para toda humanidade.
- 3.** Nessa oportunidade, a comunidade internacional adotou o Plano de Implementação de Johannesburgo (PIJ), para dar cumprimento às decisões da própria CMDS, assim como contribuir para instrumentalizar a Agenda 21, dez anos depois de sua adoção.
- 4.** Uma das iniciativas regionais incorporadas no Plano de Implementação de Johannesburgo é a Iniciativa Latino-americana e Caribenha pra o Desenvolvimento Sustentável (ILAC), que foi adotada pelos Governos da América Latina e Caribe em sua Primeira Reunião Extraordinária do Foro de Ministros de Meio Ambiente, celebrada na própria cidade de Johannesburgo, África do Sul, em 31 de agosto de 2002.
- 5.** A ILAC reconhece explicitamente a importância dos processos sub-regionais e regionais para promover o desenvolvimento sustentável na América Latina e Caribe e responde à necessidade de conferir um sentido prático à implementação do Plano de Implementação de Johannesburgo a nível regional, refletindo por sua vez, as singularidades, visões e metas da região.
- 6.** A ILAC também está fortemente comprometida com a vocação regional de fortalecer o Foro de Ministros de Meio Ambiente da América Latina e Caribe, como plataforma política de transversalidade e transetorialidade em temas ambientais, ao mesmo tempo oferecendo às autoridades regionais o espaço para refletir e adotar decisões orientadas à proteção do meio ambiente e contribuir com o desenvolvimento sustentável.

II. O desenvolvimento da estratégia de Implementação da ILAC

7. Uma vez culminada a CMDS e atendendo ao mandato definido pelo Foro de Ministros em sua Sétima Reunião Intersectorial (São Paulo, Brasil, maio de 2002), as agências do Comitê Técnico Interagencial (CTI) reexaminaram a ILAC para facilitar os mecanismos necessários para o seu início, assim como a avaliação integral periódica de sua implementação.

8. Em dezembro de 2002, foi realizada uma reunião do CTI, na Cidade do México, com a participação de especialistas de alguns países da região, que produziram uma matriz com diretrizes para a implementação da Iniciativa Latino-americana e Caribenha para o Desenvolvimento Sustentável.

9. Em fevereiro de 2003, as delegações presentes na 22^a Reunião do Conselho de Administração do PNUMA e no Foro Mundial de Ministros de Meio Ambiente que foi realizada em Nairóbi, revisaram a matriz e concluíram que esta não apenas poderia ser uma boa ferramenta para implementar as atividades da ILAC, mas também que poderia servir como guia na execução das atividades em 2003.

10. Posteriormente, em julho de 2003, foi convocada uma reunião do CTI do Foro de Ministros em Brasília, Brasil. Esta reunião foi orientada para definir as atividades e as propostas concretas de implementação e acompanhamento dos componentes ambientais da ILAC para vigência no período 2004-2005.

11. A Presidência atual (Brasil) e futura (Panamá) do Foro e as agências do CTI, PNUMA, ECLAC, Banco Mundial, Banco Interamericano para o Desenvolvimento e PNUD, concordaram que as novas condições pós-Johannesburgo, a ILAC e o Plano de Ação Regional, devem ser instrumentos para focar as prioridades de modo que estas se complementem de modo coerente e harmonioso, para materializar a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável na América Latina e Caribe.

12. Baseado nas distintas consultas acima mencionadas, preparou-se a presente proposta do Plano de Ação Regional do Foro para o período 2004-2005 que se apresenta para consideração e aprovação pelos Ministros na XIV Reunião do Foro de Ministros.

III. Estrutura do Plano de Ação Regional (PAR) 2004-2005

13. A estrutura proposta para o PAR envolve 8 temas, entre os 25 temas prioritários da ILAC, como focos de atenção imediata do Comitê Técnico Interagencial no marco do plano de trabalho do Foro para o período 2004-2005.

14. Estes temas propostos emergiram com crescente vigor e presença na agenda ambiental internacional e regional. Foram selecionados levando em consideração a sua relevância e oportunidade de êxito no atual contexto regional, além de sua importância estratégica para cumprir com os compromissos assumidos nas Metas

do Milênio e no Plano de Implementação de Johannesburgo. Foi considerada igualmente a necessidade de contribuir e harmonizar ações sobre temas escolhidos, tais como água, saneamento ambiental e assentamentos humanos, que coincidem com o primeiro ciclo do Programa de trabalho multi-anual da Comissão para o Desenvolvimento Sustentável (CDS), depois de Johannesburgo.

15. Em consequência, a Presidência do Foro de Ministros da América Latina e Caribe (Brasil), realizou consultas diretas aos países da Região nos meses de julho e agosto de 2003, sobre a pertinência e escolha dos temas para a agenda ambiental regional nos próximos anos. Os resultados e comentários reunidos coincidem em seus aspectos fundamentais com o grupo de temas propostos, o que permitiu avançar na base de preparação do Plano de Ação Regional.

16. Para permitir um diagnóstico atualizado e uma análise profunda das implicações dos problemas ambientais associados aos temas selecionados e oferecer insumos para a tomada de decisão na XIV Reunião do Foro de Ministros, solicitou-se às agências do Comitê Técnico Interagencial que elaborassem pacotes de informações sobre os temas selecionados.

17. Estes documentos, que compõem a documentação informativa desta XIV Reunião são os seguintes:

Acesso a recursos genéticos e distribuição equitativa dos benefícios	UNEP/LAC-IGWG.XIV/Inf.4
Gestão de Recursos Hídricos na América Latina e Caribe	UNEP/LAC-IGWG.XIV/Inf.5
Assentamentos Humanos na América Latina e Caribe	UNEP/LAC-IGWG.XIV/Inf.6
Energias Renováveis	UNEP/LAC-IGWG.XIV/Inf.7
Comércio e Meio Ambiente	UNEP/LAC-IGWG.XIV/Inf.8
Instrumentos econômicos e política fiscal	UNEP/LAC-IGWG.XIV/Inf.9
Mudança climática	UNEP/LAC-IGWG.XIV/Inf.10
Indicadores ambientais	UNEP/LAC-IGWG.XIV/Inf.11

18. Neste contexto, na matriz do Plano de Ação Regional 2004-2005, apresentada para discussão, distinguem-se os seguintes componentes:

- a) Tema selecionado
- b) Meta orientadora associada ao tema contido na Iniciativa Latino-americana e Caribenha
- c) Metas associadas ao tema e à Iniciativa, contidas no Plano de Implementação de Johannesburgo
- d) Ações propostas
- e) Pontos Focais e sócios
- f) Prazos

19. Os temas relacionados com a criação de capacidades, a transferência de tecnologia, o incremento da consciência ambiental, a ética para o desenvolvimento sustentável, e o incremento da cooperação regional, são transeitoriais e como tal, deverão incorporar um valor agregado às atividades do biênio 2004-2005.